

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 802 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE JANEIRO DE 1999

Senado vota amanhã contribuição previdenciária para os servidores

O projeto que cria a contribuição de aposentados e pensionistas à seguridade social e aumenta a alíquota paga pelos funcionários da ativa é considerado pelo governo fundamental para a redução do déficit público



Caso o projeto de lei seja aprovado pelo Senado, os aposentados, pensionistas e os servidores da ativa começarão a pagar em maio os novos valores de contribuição

O plenário do Senado Federal vota amanhã o projeto de lei que cria a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas da União e aumenta os valores pagos atualmente pelos servidores públicos federais da ativa. As mudanças, consideradas vitais para o ajuste das finanças públicas, trarão para o Tesouro Nacional recursos adicionais estimados pelo Ministério da Previdência Social em R\$ 4,19 bilhões.

Se for aprovado, o projeto será imediatamente encaminhado à sanção presidencial para entrar em vigor a partir do dia 1º de maio. Pela proposta, estarão isentos da contribuição os aposentados e pensionistas que recebem até R\$ 600 por mês.

PÁGINA 3

Veja as alíquotas propostas

Faixas de Renda	Inativos e Pensionistas	Ativos
Até R\$ 600	0%	11%
De R\$ 601 a R\$ 1200	11%	11%
De R\$ 1.201 a R\$ 2.500	Adicional de 9%	Adicional de 9%
Acima de R\$ 2.500	Adicional de 14%	Adicional de 14%

Fonte: Secretaria de Administração e Patrimônio

CAE ouve economista indicado para o BC

PÁGINA 2

Pauta inclui nome genérico de remédios

PÁGINA 2

CCJ discute reforma política

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) retoma quarta-feira a discussão da reforma política, iniciada na semana passada. Uma das inovações em estudo é o financiamento das campanhas eleitorais com recursos do Orçamento da União.

PÁGINA 2

O presidente da CCJ, Bernardo Cabral, entre os senadores Sérgio Machado (E), relator da proposta de financiamento público das campanhas eleitorais, e Jefferson Péres





AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 25 DE JANEIRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães

Presidente

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

16h30 - Recebe o professor Luigi Maria Verzè

17h - Recebe o senhor André Beer, vice-presidente da General Motors, e o senhor José Carlos Pinheiro Neto, diretor de Assuntos Corporativos e Exportação da GM

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PARA A SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 5/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária dos servidores públicos ativos, inativos e dos pensionistas; e *PLC nº 53/98, que altera a Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos

Quarta-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *Mensagem nº 245/98, que submete ao Senado o nome do senhor Ruy Nunes Pinto Nogueira, para exercer a função de embaixador do Brasil na Venezuela; *Mensagem nº 256/98, que submete ao Senado o nome da senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, para exercer a função de embaixadora do Brasil no Equador; *Mensagem nº 14/99, que submete ao Senado o nome do senhor Affonso Emilio de Alencastro Massot, para exercer a função de embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos; *Mensagem nº 25/99, que submete ao Senado o nome do senhor Henrique Rodrigues Valle Júnior, para exercer a função de embaixador do Brasil no Canadá.

Quinta-feira

10h - Agenda em aberto

Sexta-feira

10h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 54/99, que submete ao Senado o nome do senhor Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, para exercer o cargo de presidente do Banco Central; *Mensagem nº 30/99, que encaminha ao Senado a Programação Monetária para o 1º trimestre de 1999; *Mensagem nº 28/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 1,1 bilhão, de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial; *Mensagem nº 276/98, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 5 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, destinada ao financiamento, parcial do Programa de Apoio a Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência; e *Ofício "S" nº 35/98, que encaminha ao Senado solicitação do governo do estado do Piauí, a respeito do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 20 de janeiro de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 250.654.937,41.

Local: Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *Mensagem nº 247/98, que submete ao Senado o nome do senhor Ricardo Drummond de Mello, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Nicarágua; e *Mensagem nº 26/99, que submete ao Senado o nome da senhora Gilda Maria Ramos Guimarães, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Guatemala.

Local: Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Reforma político-partidária: *PLS nº 187/98, que altera a redação dos artigos 41 e 48 da Lei nº 9.096/95, revoga o artigo 57 da mesma lei; *PLS nº 188/98, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; *PLS nº 189/98, que altera o artigo 9º da Lei nº 9.504/97, o artigo 88 da Lei nº 4.737/65, e o artigo 18 da Lei nº 9.096/95, fixando os prazos mínimos do domicílio eleitoral e filiação partidária para o registro de candidato às eleições; *PEC nº 38/98, que dá nova redação ao artigo 29 da Constituição, estabelecendo os números mínimo e máximo de vereadores, proporcionais ao número de eleitores; *PEC nº 39/98, que dá nova redação ao artigo 14 da Constituição instituindo o voto facultativo; *PEC nº 40/98, que acrescenta inciso III ao parágrafo 3º do artigo 220 da Constituição, a fim de permitir que a lei possa impor restrições à divulgação de pesquisas eleitorais; *PEC nº 41/98, que altera a redação do artigo 56 da Constituição, para disciplinar a substituição do senador na hipótese de vacância; *PEC nº 42/98, que dá nova redação aos artigos 45 e 56 da Constituição, instituindo o Sistema Eleitoral Misto para as eleições para a Câmara dos Deputados, vedando a coligação partidária nas eleições legislativas e dispondo sobre a suplência dos deputados; *PEC nº 44/98, que dá nova redação aos artigos 17 e 55 da Constituição que tratam da fidelidade partidária; e *PEC nº 45/98, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 46 da Constituição, fixando o mandato de senador em seis anos, com renovação de um terço a cada dois anos; *PLC nº 4/99, que dispõe sobre a criação de varas federais na Justiça Federal de Primeiro Grau; *PEC nº 1/99, que dispõe sobre a criação de juizados especiais na Justiça Federal e sobre habeas-corpus.

Local: Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

12h - Cultura ao Meio-Dia

"Meu Pai, Meu Herói", dirigido por Gerard Lauzier. Produção francesa de 1991. Comédia.

Classificação etária: 12 anos

Local: Auditório Petrólio Portella

Senado aprecia uso de nome genérico em medicamento

Projeto da Câmara busca redução dos custos para o consumidor, a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos

A adoção do nome genérico nos medicamentos deverá ser votada amanhã pelo plenário do Senado. De acordo com o deputado Eduardo Jorge (PT-SP), autor da proposta, a adoção de medida semelhante nos Estados Unidos permitiu aos consumidores uma economia de cerca de US\$ 236 milhões em 1989. O projeto recebeu parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

O projeto de lei da Câmara estabelece a obrigatoriedade de que conste, na embalagem, o nome genérico dos produtos farmacêuticos comercializados no país. Nome genérico é a denominação científica abreviada, baseada no ingrediente ativo utilizado.

O texto fixa normas especiais com o objetivo de estimular o uso do nome genérico e sua adoção por entidades



Senador Lúcio Alcântara deu parecer favorável ao projeto

públicas e privadas. As aquisições de medicamentos, sob qualquer modalidade de compra, e as prescrições

médicas e odontológicas de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), adotarão obrigatoriamente a denominação comum (nome do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo).

Se aprovado o projeto, o órgão federal responsável pela vigilância sanitária editará, periodicamente, a relação de medicamentos registrados no país e o Ministério da Saúde promoverá mecanismos que assegurem ampla comunicação, informação e educação sobre os medicamentos genéricos. Quanto aos laboratórios que produzem e comercializam medicamentos com ou sem marca ou nome comercial, o projeto prevê que terão o prazo de seis meses para as alterações, se a matéria for aprovada.

CCJ discute proposta de reforma política

Três projetos de lei e oito propostas de emenda constitucional (PEC) que fazem parte da reforma político-partidária estão na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) marcada para quarta-feira. Na última reunião, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM) concedeu vista coletiva das matérias.

Os senadores devem discutir, entre outros, o projeto que trata do financiamento público das campanhas e as propostas instituindo o voto facultativo e o sistema distrital misto.

De acordo com o projeto, em lugar de contribuições particulares o financiamento das campanhas seria feito com recursos da União. O relator do projeto, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), justifica o financiamento exclusivamente público como forma de evitar o peso do poder econômico nas eleições.

A proposta que institui o voto distrital determina que a representação de cada estado e do Distrito Federal será composta por 50% de candidatos eleitos em distritos. A outra metade dos candidatos será indicada em listas partidárias.

CRE sabatina indicados para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE), presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), sabatina dois ministros de primeira classe indicados pelo presidente da República para dirigir as embaixadas do Brasil na Nicarágua e na Guatemala. A reunião da CRE tem início às 17h30 de amanhã.

O ministro Ricardo Drummond de Mello foi indicado para a embaixada na Nicarágua e a ministra Gilda Maria Ramos Guimarães para a embaixada na Guatemala. Os indicados serão sabatinados pelos senadores que compõem a CRE após apresentarem suas respectivas propostas de trabalho junto àqueles países.

CAE vai ouvir presidente do Banco Central

O presidente interino do Banco Central, Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, será sabatinado amanhã, a partir das 10h30, pelos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP). A programação monetária para o primeiro trimestre do ano também será apreciada na reunião extraordinária. A mensagem que encaminha a programação monetária ao Senado faz parte de uma agenda que não foi examinada na reunião anterior porque os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Jefferson Péres (PSDB-AM) pediram vista de todas as matérias.

Além disso, a CAE também apreciará pedidos de autorização para que o Brasil contrate empréstimos externos para o Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia, no total de US\$ 1,1 bilhão, e para o Programa de Apoio a Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência no valor de 18 bilhões de ienes. Ainda serão analisadas solicitação do governo do Piauí para negociação de dívida e autorização para contratação de empréstimo, junto ao BNDES, para a prefeitura de Teresina (PI).

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Projeto que taxa servidor será votado amanhã

Proposta já aprovada pela Câmara dos Deputados determina que a partir de maio funcionários da ativa aumentam contribuição à Previdência. Maioria dos aposentados e pensionistas também passa a pagar

O projeto de lei que cria a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas da União e aumenta a alíquota de servidores públicos federais da ativa será votado pelo plenário do Senado amanhã à tarde.

Se aprovado, será encaminhado imediatamente à sanção presidencial, entrando em vigor dia 1º de maio próximo. As novas taxas vão trazer para o governo uma receita adicional de R\$ 4,19 bilhões por ano, segundo o Ministério da Previdência Social.

As novas contribuições são consideradas fundamentais pela equipe econômica do governo para o ajuste fiscal das contas federais, proposto ao Congresso pelo presidente da República no final de outubro do ano passado. A maior parte das medidas que dependiam do Congresso já foi votada e está

em vigor.

Restam apenas a votação do Orçamento Geral da União (com cortes), a contribuição dos aposentados e aumento da alíquota dos ativos e a prorrogação da CPMF (esta aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara).

O projeto determina que a partir de maio aposentados e pensionistas que recebam mais de R\$ 600,00 por mês terão desconto de 11% de contribuição previdenciária. Até R\$ 600,00 não haverá contribuição.

Será cobrado um adicional, até 31 de dezembro de 2002, de 9 pontos percentuais para as aposentadorias de R\$ 1.200,01 a R\$ 2.500,00 e de 14 pontos percentuais sobre a faixa que exceder a R\$ 2.500,00.

A proposta isenta os aposenta-

dos e pensionistas que têm mais de 70 anos ou aposentados por invalidez, desde que seus proventos não passem de R\$ 3.000,00 por mês.

Por sua vez, os funcionários federais estatutários, que já contribuem para a Previdência com 11% sobre todos os seus rendimentos, também pagarão adicionais até o final de 2002, idênticos aos dos aposentados – 9 pontos percentuais para a faixa salarial de R\$ 1.200,01 a R\$ 2.500,00 e 14 pontos percentuais sobre o que passar de R\$ 2.500,00.

Para incentivar funcionários que já têm tempo para se aposentar, mas querem continuar na ativa, a proposta prevê que eles ficarão isentos da contribuição previdenciária.

Conforme justificativa do ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, tal isenção contribuirá para a manutenção do atual gasto com pessoal, porque, nesse caso, o governo não teria de substituir o aposentado por um novo contratado – situação em que teria de pagar ao aposentado e ao novo servidor.

Para incentivar funcionários que podem se aposentar a continuar na ativa, proposta prevê que eles ficarão isentos da contribuição previdenciária

Ornelas quer corrigir distorções

Ao justificar a cobrança de previdência para os aposentados e pensionistas do serviço público federal, o ministro da Previdência, senador licenciado Waldeck Ornelas, afirma que a remuneração dos servidores aposentados do Brasil “é uma situação ímpar, sem similar no mundo”, porque eles recebem mais agora do que na época em que trabalhavam para o governo.

Conforme o ministro, esta situação foi propiciada por vários fatores, inclusive a promoção que existia para quem pedia aposentadoria, a qual foi extinta pela reforma da Previdência aprovada no ano passado e já em vigor. Ornelas sustenta que, com contribuição previdenciária de aposentados, “será corrigida essa distorção”.

O ministro cita muitos números em sua justificativa que acompanha o projeto de lei. Em 1990, a despesa com servidores inativos e pensionistas correspondia a 25% de todos os gastos da União com pessoal e, em 1997, o percentual pulou para 42,7%. Por sua vez, os pagamentos com servidores da ativa caíram no mesmo período de 67% para 54% dentro dos gastos gerais com o item pessoal. E mais: desde 1987, a des-



Waldeck Ornelas, ministro da Previdência, apresentou argumento do governo em favor da aprovação

pensa geral com ativos e aposentados teve um aumento real de 138%.

Ornelas informa que, em 97, a despesa com inativos e pensionistas chegou a R\$ 21,7 bilhões, enquanto os servidores da ativa pagaram R\$ 2,4 SSSbilhões em contribuição previdenciária. Assim, o gasto líquido com inativos foi de R\$ 19,4 bilhões.

A crítica mais comum dos aposentados ao governo, de que a União não recolhe a parte previdenciária dos patrões, como na iniciativa privada, é respondida por Ornelas. Para ele, se a contribuição

do governo, como empregador, for descontada de toda essas contas (média de 22% da folha de salários), ainda “há um déficit da ordem de R\$ 11,5 bilhões”. Na previsão do governo, o projeto de lei oferecerá uma economia aos cofres públicos de R\$ 4,2 bilhões, se aprovado o projeto de lei, o que reduzirá todos esses valores.

Outro ponto citado pelo ministro na defesa do projeto do governo é o direito assegurado pela Constituição aos inativos federais “a toda e qualquer vantagem” concedida aos seus colegas em atividade. “Por isso, é razoável que se igualem também nos deveres.”

O impacto nos contracheques

Remuneração (R\$)	Ativos contribuição	alíq. efetiva	INATIVOS/PENSIONISTAS	
			contribuição	alíq. efetiva
até 600,00	66,00	11%	isentos	—
1.000,00	110,00	11%	44,00	4,4%
1.200,00	132,00	11%	66,00	5,5%
1.500,00	192,00	12,8%	126,00	8,4%
2.000,00	292,00	14,6%	226,00	11,3%
2.500,00	392,00	15,7%	326,00	13,0%
3.000,00	517,00	17,2%	451,00	15,0%
3.500,00	642,00	18,3%	576,00	16,5%
4.000,00	767,00	19,2%	701,00	17,5%
4.500,00	892,00	19,8%	826,00	18,4%
5.000,00	1.017,00	20,3%	951,00	19,0%
5.500,00	1.142,00	20,8%	1.076,00	19,6%
6.000,00	1.267,00	21,1%	1.201,00	20,0%
6.500,00	1.392,00	21,4%	1.326,00	20,4%
7.000,00	1.517,00	21,7%	1.451,00	20,7%
7.500,00	1.642,00	21,9%	1.576,00	21,0%
8.000,00	1.767,00	22,1%	1.701,00	21,3%

Fonte: Secretaria de Administração e Patrimônio

Jefferson critica a decisão dos deputados

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) criticou na sexta-feira a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que cria a contribuição previdenciária para os servidores públicos inativos e aumenta a alíquota da contribuição dos ativos para até 25%. Em seu pronunciamento, leu artigo do jornalista Luís Nassif, publicado no mesmo dia no jornal *Folha de S. Paulo*, que trata do tema. O senador disse também que está sendo “empurrado para fora” de seu partido.

Jefferson afirmou que é fiel à base ética de seu partido, “fundado para defender a moralidade pública”. Mas disse que não se submeteria à “barganha imoral” da troca de cargos no governo por votos dos parlamentares.

O senador lembrou que, no mesmo dia em que o projeto foi aprovado, a cotação do dólar disparou, chegando a R\$ 1,80, e a Bolsa de São Paulo e os títulos da dívida externa brasileira caíram, em índices próximos a 4%:

– O mercado esnobou os deputados – afirmou Jefferson, dizendo ainda ter “um tênue fio de esperança de que os senadores não se curvem a essa chantagem, como fizeram os deputados”, na votação da matéria na próxima terça-feira.

O senador afirmou ter um “acordo tácito” com o presidente da República. Disse que nunca pediria a ele favores políticos e pessoais, mas em troca não apoiaria o governo em matérias que ferissem sua consciência. Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) enalteceu a conduta política de Jefferson Péres, que não negou seu apoio ao governo, mas resguardou sua autonomia de pensar e de agir.



Jefferson Péres: fidelidade à base ética do PSDB

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou, também em aparte, que o Bloco Oposição aguarda o ingresso de Jefferson Péres “com muita ansiedade”. Já o senador Lauro Campos (PT-DF) pediu a palavra para lembrar frase do ex-presidente Tancre-

do Neves, para quem “a dívida não se paga com a fome do povo”, e indagar se o presidente Fernando Henrique Cardoso conhece outra moeda que não a fome dos brasileiros.

No artigo, Luís Nassif afirma que o governo está “indo longe demais e em uma direção totalmente oposta àquela que garantiu duas eleições” ao presidente da República. Diz também que “nas próximas semanas, se terá um quadro claro do custo desses quatro anos de política monetária e cambial”.

Emília repudia represálias a Minas e ao RS

Para a senadora gaúcha, a decisão do governo federal de não encaminhar ao Senado pedidos de empréstimos já negociados pelos dois estados é uma “prepotente e desesperada manifestação de revanchismo”

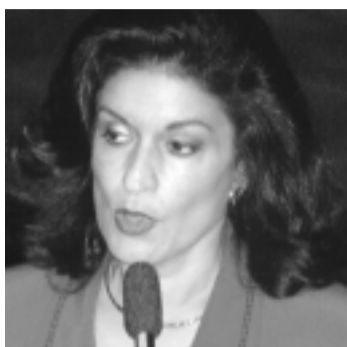
A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) repudiou na última sexta-feira a nota em que o Ministério da Fazenda anuncia retaliações contra os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, em função de suas reivindicações para rever as condições dos contratos de federalização das dívidas estaduais. Ela criticou a equipe econômica e “a falência dessa política” pela qual o governo “aprofunda a sua total dependência do capital especulativo internacional e radicaliza o seu isolamento na sociedade brasileira, o que poderá custar-lhe muito caro em curto espaço de tempo”.

A nota do ministério foi divulgada quinta-feira e relaciona em três pontos a posição tomada diante das “recentes manifestações dos estados de Minas

Gerais e do Rio Grande do Sul no sentido de não honrar integralmente seus compromissos com o governo federal”.

O governo anunciou que cumprirá os compromissos internacionais assumidos por ambos os estados e suspenderá o envio ao Senado de projetos de Minas e do Rio Grande do Sul, com negociações internacionais já concluídas, ao mesmo tempo em que se oporá à aprovação de novos projetos desses estados e comunicará essa posição aos organismos internacionais.

De acordo com Emília Fernandes, “é inteiramente falsa a afirmação de que as recentes manifestações dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul apontariam no sentido de ‘não honrar integralmente seus compromissos’ com o



Segundo Emília, nota do Ministério da Fazenda aumenta o isolamento do governo federal

governo federal”. A nota “anda completamente na contramão do diálogo”, acrescentou, lamentando que o documento aposte “no impasse, no confronto e na

fratura irresponsável do pacto federativo, construído a duras penas pelos brasileiros de todas as regiões do país”.

A senadora lembrou a reunião dos sete governadores de oposição, em Belo Horizonte, para destacar o consenso de todos a favor do diálogo com o governo federal, na busca de meios para renegociar as condições de pagamento de suas dívidas. Emília considera a nota uma manifestação de “revanchismo contra o povo desses dois estados”, que não por acaso foi divulgada “ao mesmo tempo em que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, desembarca dos Estados Unidos, onde foi reunir-se com o FMI, traduzindo de forma vergonhosa o papel subserviente que as autoridades brasileiras vêm adotando e que tem levado

à desmoralização do país, frente às demais nações e povos do mundo”.

Emília entende que essa postura, “prepotente e desesperada, expressa apenas a tentativa de buscar um novo bode expiatório”. A senadora solidarizou-se com os governadores Olívio Dutra e Itamar Franco, pedindo a incorporação a seu pronunciamento e a transcrição nos Anais do Senado da nota de repúdio divulgada sexta-feira pelo governo do Rio Grande do Sul.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) solidarizou-se com a manifestação da colega gaúcha e defendeu a posição dos governadores de Minas e do Rio Grande do Sul, renovando críticas à política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Requião sugere renúncia de Fernando Henrique e governo de união nacional

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu, em discurso pronunciado sexta-feira, a renúncia do presidente Fernando Henrique Cardoso como “única saída para que o Brasil, sob um governo de união nacional, formado por homens e mulheres de fibra, compromissados com os interesses da população, possa deixar o atoleiro”.

Para Requião, a substituição das importações, o decisivo incentivo à indústria, à agricultura, às exportações nacionais, apresentam-se como única solução para os que levam em conta, acima de tudo, os interesses da nação. “Como Fernando Henrique não tem nada a ver com o Brasil, não é com essa saída que ele e equipe acenam. Ele ameaçou diminuir ainda mais as tarifas de importação, arrebentando os setores produtivos para manter o mito do controle da inflação.”

O senador pelo Paraná enfatizou que ninguém quer o disparo da inflação. “Mas para a reorganização da economia e o realinhamento da política industrial e agrícola, é inevitável que tenhamos que conviver com determinada taxa de inflação. Aliás, essa é a única forma de o presidente honrar aquela promessa tão alardeada em sua cavalgada reeleitoral: combater o desemprego.”

Requião observou que “entre os balbucios confusos, desconexos, patéticos de nosso Yeltsin tropical nesses dias desastrosos, nada indica que ele vá seguir o caminho que a realidade pressiona e aconselha. Pelo contrário, ele ouve mais Wall Street, Alan Greenspan, Michel Camdessus, George Soros, os aflitos especuladores nacionais e internacionais do que a voz das ruas, de um povo desesperado e suplicante”.

O parlamentar lembrou seu discurso de 28 de outubro último, dia de São Judas Tadeu, “esse sim, santo confiável”, em que traçou panorama sombrio



Requião vê Fernando Henrique incapacitado de conduzir a reorganização do país

da situação econômica brasileira e do futuro do país, caso as diretrizes não fossem mudadas. Na época, Requião suspeitava que o governo havia perdido o controle da crise, “que o presidente e sua atrapalhada equipe econômica não estavam mais no comando das decisões, que o reeleito estava perdido, ou popularmente dizendo, no mato sem cachorro”.

ATROPELO

Menos de três meses depois, ressaltou Requião, “a realidade dos fatos atropelou a fantasia fernandohenriquista e estraçalhou seu reino sustentado na ‘moeda forte’, nos juros altos, na aposta na jogatina especulativa e na confiança burra nas receitas do FMI. Vimos um presidente aturdido, uma equipe econômica indo buscar bilhões de dólares do FMI e voltando com as mãos abanando. É a nave que vai, sem rumo, ao sabor do azar!”, garantiu.

O senador pelo Paraná citou Jeffrey Sachs, diretor do Instituto Harvard, que afirmou em artigo na *Folha de S. Paulo* de 19 do corrente: “O histórico do FMI se conserva perfeito. Em cinco pacotes de socorro desde meados de

1997, cinco grandes fracassos. O último trem a descarrilar foi o do Brasil”.

Segundo Requião, Sachs propõe acabar com a estratégia FMI/EUA de instruir países a defender suas taxas de câmbio, com juros altos apoiados por empréstimos de socorro, indicando o caminho da porta de saída ao diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. “Eu acrescento que não é apenas ao FMI que devemos indicar a porta de saída, mas também ao presidente Fernando Henrique. Tempo esgotado.”

Ao finalizar seu pronunciamento, Requião enfatizou que FHC está incapacitado a liderar um processo de reorganização do país. “Chega! Basta! O homem que nos conduziu ao atoleiro teima que a areia movediça em que mergulhou o país é ainda um chão firme. Por isso, seu tempo acabou e a renúncia é a única saída que lhe resta, deixando ao Brasil a opção de um governo de união nacional.”

EXTINÇÃO

O senador Roberto Requião já havia aproveitado o discurso do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre a extinção do peixe-boi para pedir a renúncia do presidente Fernando Henrique Cardoso “por não ter a menor condição de resolver os problemas do país, dados seus compromissos internacionais”.

– O único caminho que vislumbro para a retomada do desenvolvimento sob novas bases, para que o Brasil converse com o capital internacional e com os outros países a partir de uma posição independente, é a renúncia do presidente da República – sugeriu Requião.

O senador pelo Paraná disse que, depois de quatro anos de sacrifício, o Congresso aprovando todas as medidas provisórias e emendas constitucionais propostas pelo governo, depois da “extinção” da agricultura e da “destruição” da indústria, o Brasil não resolveu seus problemas.

FHC merece crédito de confiança, afirma Gilvam

Contrapondo-se ao discurso de Roberto Requião, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que o país atravessa crise momentânea, da qual se levantará nos dois anos finais do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Cabe a todos os brasileiros, exortou, “dar um crédito de confiança aos esforços do governo federal para a superação dessa fase crítica”.

Na opinião de Gilvam Borges, o país foi atingido por um ataque especulativo, mas o governo está tomando todas as medidas a seu alcance para minimizar a crise, sem afastar-se de suas principais referências: “a defesa do poder de compra dos assalariados e a salvaguarda de seus empregos”. Entre as medidas tomadas, o senador salientou que o governo, forçado a mudar a política cambial, “teve o cuidado de elevar discretamente a taxa de juros”.

O principal efeito das mais recentes mudanças econômicas, no entendimento do senador, é o de que as engrenagens da economia nacional não mais estão na dependência de decisões externas, daí a importância da contribuição de cada um.

Ao Congresso, prosseguiu, caberia assim o papel decisivo de “atender aos reclamos do bom senso e votar, sem vacilação, as propostas saneadoras das finanças públicas, encaminhadas para cá pelo Executivo, por mais amargas que sejam tais medidas”, assim como deliberar sobre a CPME, os cortes orçamentários e a criação da contribuição previdenciária dos inativos, num “mutirão legislativo” que pode adentrar os finais de semana, como “a sensibilidade do senador Antonio Carlos Magalhães que, antenado para a gravidade do momento, já admitiu”, completou.

Aos estados e municípios, continuou o senador, cabe sanear suas finanças sem, a pretexto de problemas técnicos e operacionais de ordem fi-



Para Gilvam Borges, conjuntura impõe a necessidade de apoiar e fortalecer o presidente FHC

nanceira e fiscal, “tirar proveito político de uma conjuntura delicada para a União”. Para Gilvam Borges, “não pode haver tolerância com quem apela para a irracionalidade demagógica”. Nesse sentido, a moratória declarada por Itamar Franco seria “um tanto negativista”, enquanto o recurso à Justiça feito por Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul, teria “legitimidade incontestável”.

A União, por sua vez, deve promover “uma fiscalização atenta e capilar do comportamento dos preços”, afirmou. Contra o derrotismo, Gilvam Borges recomendou otimismo e confiança no governo, lembrando as conquistas do Plano Real, principalmente seus efeitos de distribuição de renda.

Considerando a manifestação de Requião repleta de “críticas raiosas, odiosas”, dignas de um “príncipe do Apocalipse”, Gilvam recomendou que o presidente da República não dê ouvidos “aos aproveitadores que querem a queda de Pedro Malan”. O senador reiterou seu apoio a Fernando Henrique e, contra os derrotistas, finalizou: “O Brasil não acabou. Estamos nos organizando para nos levantar”.



O relatório apresentado pelo senador Ramez Tebet foi aprovado pela Comissão de Orçamento na madrugada da sexta-feira passada

Maldaner quer respeito pelo projeto aprovado

Ao reconhecer que o quadro atual é de "dúvida e incredulidade" no que se refere à economia e aos destinos da sociedade brasileira, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez na sexta-feira um apelo para que o Executivo "respeite o Orçamento para este ano". Ele entende que este poderá ser o primeiro passo para que a "credibilidade do governo seja restaurada".



Maldaner lembrou medidas impopulares

Conforme o senador, o Congresso está propiciando ao Executivo tudo que este lhe tem solicitado. "Estamos fornecendo todos os instrumentos que o governo precisa, inclusive avalizando uma série de medidas impopulares que violentam a nossa consciência, por dever cívico, neste momento de total incerteza com os rumos do país."

Casildo Maldaner acrescentou que a aprovação da CPMF e do projeto que cria a contribuição previdenciária para os servidores públicos inativos e aumenta a alíquota da contribuição dos ativos para até 25% "são as últimas gotas de sangue que podemos dar". Depois disso, "não dá mais, e se o governo não conseguir equa-

cionar soluções eficazes para resolver os problemas nacionais, "é melhor pegar o boné e ir embora", disse ele.

O senador ressaltou que o Orçamento para este ano sofreu um corte de R\$ 8,7 bilhões em dezembro em relação à proposta original enviada ao Congresso. Em consequência desse corte, Maldaner lembrou que o Ministério da Ciência e Tecnologia, responsável pelas pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias, receberá R\$ 70 milhões para investimento.

O senador lamentou que a destinação de R\$ 432 milhões para a recuperação de centenas de quilômetros de rodovias, na proposta original, tenha sido reduzida para R\$ 171 milhões. Ele acrescentou que também a cultura brasileira, que vem sendo reconhecida internacionalmente, com a conquista de prêmios, "certamente sofrerá com os míseros R\$ 34 milhões destinados ao Ministério da Cultura".

Por isso, Maldaner cobrou do governo uma resposta positiva à população, "em contrapartida a todos esses esforços despendidos em favor de uma política econômica que só tem exigido sacrifício da nossa sociedade".

O senador Lauro Campos (PT-DF) solidarizou-se com o orador, parabenizou os integrantes da Comissão Mista de Orçamento pela realização de um trabalho "que na véspera atravessou a madrugada, sem a cobertura da mídia", e afirmou que estava na hora de dizer "basta", como fizera Maldaner.

Comissão aprova R\$ 16,3 bilhões de superávit primário para 1999

Meta estabelecida pelo governo para o Orçamento significa diferença entre receita e despesa, excluídos os gastos com juros

A Comissão Mista de Orçamento aprovou, na madrugada de sexta-feira, a meta de superávit primário

(receita maior que despesas sem incluir conta de juros) de R\$ 16,3 bilhões para o Orçamento de 1999, que foi proposta pelo governo ao Congresso. O valor total do Orçamento é de R\$ 545,8 bilhões – superior em 0,34% ao valor apresentado pelo governo, de R\$ 543,8 bilhões. O deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG) tentou eliminar a meta de superávit do relatório-geral do Orçamento – de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) – por meio de um destaque supressivo, mas foi derrotado.

Depois de aprovar o relatório-geral e os sete relatórios setoriais, a comissão apreciou e votou os

destaques individuais e das 27 bancadas. A reunião, que começou às 10 horas de quinta-feira, prosseguiu durante toda a sexta-feira.

– Estamos demonstrando ao mercado externo que o país quer mesmo ter um superávit e que o Congresso Nacional está ajudando o governo federal no esforço de ajuste fiscal – disse o deputado João Leão (PSDB-BA), representante da liderança do governo na comissão.

Ao aprovar o relatório apresentado por Tebet, os senadores e deputados da comissão alteraram o valor das despesas e receitas globais do Orçamento em R\$ 2,1 bilhões. Tudo o que foi aumentado nas despesas foi compensado na receita na mesma proporção.

Com essas mudanças, houve corte nas despesas de pessoal inativo

de R\$ 1,6 bilhão e nas sentenças judiciais (precatórios) de R\$ 1,3 bilhão. Os investimentos aumentaram R\$ 3,4 bilhões, subindo de R\$ 4,9 bilhões, que foram propostos pelo Executivo, para R\$ 8,3 bilhões.

Outra alteração importante, segundo os integrantes da comissão, foi a promovida no percentual estabelecido pelo Executivo para fazer cortes e remanejamentos no Orçamento para este ano. Pela proposta do governo, havia uma margem global de 30% do total de recursos orçamentários que poderiam ser cortados ou remanejados. A comissão aprovou uma margem de 20% para custeio e de 10% para subprojetos. O restante, para ser modificado, deverá ser submetido ao Congresso, por meio de créditos suplementares.

SUS terá reforço de R\$ 325 mi

Um dos destaques mais importantes acolhido pelo relator e aprovado pela comissão fixa um aumento de R\$ 325 milhões nos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) para 21 estados. Segundo cálculos da comissão, esses estados passarão a gastar cerca de R\$ 45,00 *per capita* com saúde. Apenas seis estados não serão beneficiados com esses recursos, entre eles Rio e São Paulo, porque já têm gastos *per capita* com saúde de R\$ 62,00.

– Esses recursos vão ajudar muito o Nordeste e as camadas mais pobres da população, trazendo maior justiça social – disse o

líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE).

A mudança no SUS também foi elogiada por outros integrantes da comissão, como os deputados Armando Abílio (PMDB-PB), João Leão e Laura Conceição (PFL-RJ). Segundo eles, a comissão só não aprovou mais recursos para igualar o gasto *per capita* com saúde nos estados porque seriam necessários R\$ 600 milhões.

A proposta de criação do imposto verde foi mantida e aprovada pela comissão. Esse imposto tem recursos de R\$ 2,1 bilhões, dos quais R\$ 425 milhões vão para o Fundo de Estabilização Fiscal

(FEF), R\$ 600 milhões para estados e municípios e R\$ 1 bilhão para a União.

O imposto, se confirmado pelo Congresso Nacional, deverá ser cobrado a partir do segundo semestre deste ano, na proporção média de R\$ 0,10 sobre cada litro de combustível. A expectativa é de que proporcione uma arrecadação de R\$ 5,1 bilhões por ano, a preços atuais. Segundo os integrantes da comissão, o imposto servirá para obras rodoviárias e os recursos arrecadados deverão ser distribuídos igualmente para todos os estados, depois de descontadas as parcelas para o FEF e a União.

Júlio Campos pede recursos garantidos para saneamento

O senador Júlio Campos (PFL-MT) fez na sexta-feira um apelo a que não faltem recursos para saneamento básico no Brasil. Em discurso no plenário, ele pediu aos integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que não reduzam os recursos para o setor.

– Basta ver que os valores retidos serão logo reclamados pela aceleração das despesas dos hospitais e ambulatórios públicos, em face do crescimento do nú-

mero dos que os procuram, padecendo de doenças causadas pela contaminação da água e pela falta de tratamento do esgoto sanitário – disse o senador.

Júlio Campos elogiou a política de saneamento implementada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, esse governo "não tem descuidado de promover as soluções possíveis para os problemas do meio ambiente urbano". O senador citou edição de julho de 1998 da

revista *Vêja*, que atribuiu ao Ministério do Planejamento a informação de que 35 milhões de brasileiros passaram a ser beneficiados pela implantação de infraestrutura de saneamento básico.

O senador destacou obras de saneamento em Mato Grosso e também no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Enalteceu o programa Pró-Saneamento, que financia benefícios para famílias com renda de até 12 salários mínimos, mas lembrou que dezenas de milhões de brasileiros ainda residem em favelas, cortiços e palafitas.

O senador mostrou, porém, que mesmo onde há saneamento, há problemas. Ele destacou a necessidade do tratamento

do esgoto sanitário, o que é feito com somente 10% dos resíduos das cidades.

– Não se há de ignorar que os rios responsáveis pelo abastecimento de nossas cidades, agredidos de todas as formas, têm prazo reduzido de existência – afirmou.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) elogiou a preocupação de Júlio Campos com os problemas de saneamento, mas afirmou que é importante tomar consciência de que o país quebrou, tornando o Orçamento uma simples peça de ficção.

Campos elogiou política de saneamento do governo



Osmar Dias pede revogação da MP das terras rurais

Apoiado pelos senadores Júlio Campos e Josaphat Marinho, parlamentar acusa governo de usar de forma inadequada medida provisória ao tornar nula a propriedade de imóveis situados na faixa de fronteira do Brasil com outros países

A medida provisória (MP) que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a declarar nula a propriedade de imóveis rurais situados na faixa de fronteira do Brasil com outros países e que não estejam cumprindo sua função social foi classificada como "ridícula e absurda" pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), em discurso pronunciado em plenário na última sexta-feira.

Para o senador, a MP nº 1.797 deve ser revogada, pois coloca em situação de permanente risco os produtores rurais, já que a avaliação sobre o cumprimento ou não da função social da terra é uma análise subjetiva. Em vez de minorar o problema, na sua opinião, a MP "coloca ainda mais pólvora na reforma agrária".

Osmar Dias leu carta a ele enviada pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná em que os produtores do estado denunciavam que "a MP trará consequências

inimagináveis, sob os pontos de vista econômico, social e político para a região da faixa de fronteira, que, no Paraná, abrange o oeste, o sudoeste e parte do noroeste e envolve cerca de 40 mil propriedades rurais passíveis de ratificação de concessão e alienação de terras".

– Além da queda do real, do desemprego em alta, da falta de competitividade do setor produtivo nacional, das taxas de juros impagáveis, parece que o governo busca mais problemas com essa medida provisória – afirmou Dias.

Em aparte, o senador Júlio Campos (PFL-MT) informou que esteve com o ministro extraordinário para Reforma Agrária, Raul Jungmann, para manifestar essa preocupação, comum aos produtores de seu estado. Segundo ele, o ministro comprometeu-se com a correção dos erros na reedição da MP, no próximo dia 5.

– Essa medida provisória desregulamenta toda a situação jurídica e institucional de pessoas

que compraram suas terras na década de 50. Até o Banco do Brasil deixou de dar financiamento a produtores na faixa de fronteira – protestou Júlio Campos.

Para ele, o Incra não tem condições de arbitrar sobre a função social da terra. Júlio Campos sugeriu que seja formada uma comissão de senadores e deputados dos estados que fazem fronteira com outros países para pedir a revogação da MP.

– Essa medida vai atingir pessoas que puseram todos os seus recursos para comprar e cultivar as terras e que agora se vêem no risco de perder tudo que construíram ao longo de décadas. Os autores dessa MP deveriam ir até a região para ver o



Osmar Dias diz que MP é "ridícula e absurda", além de "colocar ainda mais pólvora na reforma agrária"

absurdo que está sendo feito – afirmou Osmar Dias.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) acredita que esse episódio evidencia que o Congresso Nacional deve rever o papel das medidas provisórias. Segundo ele, os pressupostos de relevância e urgência não são um ato

discricionário do presidente da República, de acordo com decisão já proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

– O senador dá uma declaração plena da ilegitimidade dessa medida provisória – disse Josaphat Marinho, referindo-se a Osmar Dias.



Emília cumprimentou Josaphat pelos "ensinamentos e visão de mundo", que, conforme afirmou, ela jamais esquecerá

Mais dois senadores homenageiam Josaphat

Os senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Emília Fernandes (PDT-RS) aproveitaram a sessão da sexta-feira para homenagear o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que se despede do Senado no fim do mês:

– Tenho orgulho de ter participado de legislatura em que Josaphat Marinho esteve presente. Enriquece o meu currículo poder dizer isso – afirmou o senador pelo Paraná.

Em resposta, Josaphat disse que foi uma honra conviver com Osmar Dias pela sua seriedade e "profundo conhecimento" dos as-

suntos de que trata, principalmente a economia do setor agrícola.

Emília desculpou-se com Josaphat por não ter estado presente à sessão em que o senador baiano foi homenageado. Segundo ela, foi um privilégio ter a companhia de "ilustre figura da política nacional":

– Vossa Excelência deixa a Casa, mas seus ensinamentos e visão de mundo serão lembrados por esta senadora que muito o admira – afirmou Emília, que foi cumprimentada em seguida por Josaphat, o qual agradeceu as expressões "honrosas e afetuosas" que a senadora lhe dirigiu.

TV analisa futuro do cinema nacional

As perspectivas do cinema nacional para este ano foram analisadas, na TV Senado, pelo secretário-geral do Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica, Leonardo Monteiro de Barros.

Apesar dos cortes no orçamento do Ministério da Cultura, a pasta disporá de R\$ 226 milhões, contra R\$ 212 milhões destinados em 1998, informou o secretário.

Mas, apesar da ampliação de recursos e de o país ter alcançado uma produção média de 20 filmes por ano, o cinema nacional ainda não conseguiu vencer a crise agravada pela extinção da Embrafilme e pela falta de financiamento à indústria cinematográfica nacional, lamentou Leonardo Barros.

Na entrevista, que vai ao ar hoje, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30, o secretário também sugeriu alternativas para conquistar novos investimentos no setor.

Guerra apela em defesa dos servidores do Amapá

Em apelo dirigido à secretária da Administração, Cláudia Costin, o senador Paulo Guerra (PMDB-AP) solicitou na última sexta-feira isonomia de tratamento para os servidores públicos federais de seu estado, prejudicados pela transformação dos ex-territórios federais em estados autônomos. Ele destacou o caso específico dos policiais civis do Amapá, que estariam sendo discriminados em relação aos policiais do Acre, Rondônia e Roraima.

Guerra disse que há vários meses os policiais civis desses estados vêm recebendo seus salários equiparados aos da Polícia Federal, enquanto no Amapá, "dos quase 900 associados do quadro federal, somente 45

foram alcançados por esse benefício". Isso tem provocado enorme desmotivação no interior da corporação, dado que, além de ferir o princípio da isonomia, gera "desigualdade entre companheiros que possuem o mesmo tempo de serviço e trabalham juntos na mesma jornada".

Quanto aos casos dos demais funcionários públicos do Amapá, o senador reivindicou um tratamento mais rápido.

Paulo Guerra também dirigiu-se a Josaphat Marinho (PFL-BA) para associar-se às homenagens que foram prestadas ao senador baiano por ocasião de sua despedida do Senado. Josaphat agradeceu a deferência.



Paulo Guerra garante que os policiais civis do Amapá estão sendo discriminados



Bernardo Cabral elogiou o trabalho de cientistas, que conseguiram reproduzir o animal em cativeiro

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Tênis
7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Prevenção do infarto - 1ª parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Musculação
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Ouro Preto
9h30 - *Entrevista* - O secretário do Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica, Leonardo Monteiro de Barros, fala das perspectivas do Cinema Nacional
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - *Cores do Brasil* - Diamantina
10h30 - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Tênis
10h55 - *Senado em Pauta*
11h - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Crendices populares - 1ª parte
11h30 - *Palestra* - Apresentando "Roma Brasil, fontes romanas de direito"
12h - *Cores do Brasil* - São Luís do Maranhão
12h30 - *Entrevista* - O secretário do Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica, Leonardo Monteiro de Barros, fala das perspectivas do Cinema Nacional
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - Brasília
13h30 - *Cidadania* - O programa destaca a "trans-

posição das águas do São Francisco"
14h30 - *Sessão plenária* (reapresentação)
18h30 - *Cores do Brasil* - Bahia
19h - *Palestra* - Qualidade de vida
20h - *Cores do Brasil* - Espírito Santo
20h30 - *Entrevista* - O secretário do Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica, Leonardo Monteiro de Barros, fala das perspectivas do Cinema Nacional
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Cidadania* - O programa destaca a "transposição das águas do São Francisco"
21h55 - *Senado em Pauta*
22h - *Plenário* (reapresentação)
Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

RÁDIO SENADO HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em linha direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em linha direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em linha direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

Cabral denuncia ameaça de extinção do peixe-boi

Por causa do baixo nível dos rios da Amazônia, lembrou o senador, muitos peixes estão encalhando e se tornando presa fácil para os pescadores

Ao alertar sobre a ameaça de extinção do peixe-boi amazônico, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) denunciou na sexta-feira a falta de repressão eficaz à captura e à caça desse mamífero. Ele fez um apelo ao Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) para que providenciem a formação de brigadas sazonais para tentar preservar o peixe-boi.

— Esses animais, por serem lentos e dóceis, tornam-se presas fáceis dos pescadores, sendo abatidos primeiramente com arpões e, em seguida, asfixiados com a colocação de rolinhos de madeira em suas narinas, para que morram sem lutar — informou Bernardo Cabral.

O senador elogiou o trabalho de entidades de preservação do meio ambiente, que tentam evitar a extinção dos peixes-boi através do combate à degradação do seu *habitat* natural, da conscientização das comunidades ribeirinhas e do resgate de

animais feridos e encalhados.

O Instituto de Pesquisa da Amazônia, segundo Bernardo Cabral, também está envolvido no trabalho de preservação do peixe-boi. Em abril do ano passado, recordou, cientistas conseguiram reproduzir o animal em cativeiro. Esse foi o primeiro registro científico de reprodução da espécie fora de seu ambiente natural.

Bernardo Cabral também chamou atenção sobre a maior vazante dos últimos 128 anos que está sendo registrada nos rios da região amazônica. Ele completou que as águas dos rios desceram a níveis tão dramáticos, que os grandes animais estão ficando encalhados nos leitos quase secos, tornando-se presa fácil dos pescadores.

— Para os peixes-boi, confinados em canais estreitos e poços pouco profundos, a seca é o cenário de uma armadilha mortal. Até agora, já foram capturados e mortos 550 peixes-boi, segundo dados oficiais do Ibama — informou Bernardo Cabral.

Ao ressaltar a importância do discurso de Cabral, o senador Lauro Campos (PT-DF) comentou que a preservação da natureza deveria preocupar a todos os brasileiros, porque significa a própria preservação da raça humana. O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) lembrou que no próprio Planalto Central já se percebe a diminuição do número de animais como tatus e tamanduás.

Por sua vez, o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) confessou que o pronunciamento havia lhe causado duas "surpresas". A primeira, negativa, por achar que a extinção do peixe-boi era um pronunciamento inoportuno diante da crise econômica que o país atravessa. "Depois, surpreendi-me com o valor do discurso", revelou.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) comentou que o país está pagando caro pelo desequilíbrio ecológico que vem sendo causado pelo mau aproveitamento das terras destinadas à agricultura.

TV debate uso de águas do São Francisco

A transposição das águas do rio São Francisco será o tema do programa *Cidadania*, a ser exibido hoje pela TV Senado, com a participação do senador Djalma Bessa (PFL-BA) e do professor Newton Moreira, coordenador de geotecnia da UnB.

Para o senador, esse projeto deve ser antecedido de rigorosos estudos que avaliem, com profundidade, todos os impactos dele decorrentes, como eventuais prejuízos na geração de energia elétrica e no equilíbrio ambiental. Bessa alerta, também, para a necessidade de priorizar a preservação da bacia hidrográfica do São Francisco, ameaçada pela poluição, antes de se pensar na transposição de suas águas.

Newton Moreira lembra que obras dessa magnitude já foram realizadas em diversos países. Lembra, entretanto, que há ações alternativas para suprir o deficiente abastecimento hídrico do Nordeste, como o aproveitamento de lençóis subterrâneos.

O *Cidadania*, apresentado pelo jornalista Beto Almeida, será transmitido à 1h e às 5h, 13h30 e 21h15.

Cerrados podem levar Brasil à liderança em grãos, diz Odacir

O senador Odacir Soares (PTB-RO) voltou a defender a tese de que a ocupação da Amazônia, para dar certo, tem que passar primeiro pela ocupação humana dos cerrados. A seu ver, os cerrados se constituem na maior fronteira agrícola do mundo, com condições de tornar o Brasil um dos maiores fornecedores de grãos, carnes, fibras e frutas.

Odacir Soares sustentou que a ocupação da Amazônia contrariou a teoria do desenvolvimento via "vasos comunicantes". Segundo essa teoria, explicou, uma área ou uma região cresce, se desenvolve e prospera às custas da influência que sofre de uma área ou de uma região que lhe é vizinha.

Para ele, a ocupação dos cerrados teria que se dar antes da ocupação da Amazônia, ao contrário do que foi feito pelos governos militares, que nas décadas de 60 e 70 incentivaram a migração de expressivos contingentes humanos para a região.

— Promover a ocupação dos vazios demográficos da imensidão do "Inferno Verde" e ocupar em forma nodular, atra-



Odacir afirmou que ocupação da Amazônia deve ser precedida do uso de cerrados

vés da abertura de rodovias como a Transamazônica, a Manaus-Porto Velho, a Manaus-Caracará e a Cuiabá-Porto Velho, era um mandato da política então vigente — recordou.

Odacir previu que a incorporação de 20 milhões de hectares aptos para a agricultura colocaria o Brasil como primeiro produtor de soja no mundo, superando, a seu ver, os Estados Unidos. Para ele, com maior utilização dos cerrados o Brasil poderia se transformar "num inquestionável líder mundial na política de grãos".

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Dutra condena concentração de recursos do BNDES em São Paulo

Com base em relatório do próprio banco, senador afirma que a economia paulista está sendo favorecida e a crise da Federação, acirrada

A fatia de recursos do BNDES destinada ao estado de São Paulo cresceu de 25,76%, em 1995, para 39,14%, em 1998, enquanto praticamente todos os demais estados viram seus financiamentos reduzidos, informou o senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Os dados constam de relatório do próprio BNDES, recebido por Dutra "após sucessivos requerimentos", e que indica ainda a distribuição dos recursos por região, privilegiando o Sudeste.

– Na verdade, o banco não funciona como agente indutor do desenvolvimento, para diminuir as desigualdades, mas meramente como um balcão para as empresas, guiado apenas pelas regras do mercado – atacou o senador.

Há, de acordo com Dutra, uma disparidade entre os incentivos até mesmo com relação aos diversos estados da região Sudeste. Pelo documento, que abrange o período entre 1995 e 1998, enquanto São Paulo teve um aumento nos seus recursos, os outros estados da região praticamente mantiveram suas participações. "O governo tem a mente, o



Para José Eduardo Dutra, aplicação de recursos do BNDES comprova a falta de uma política federativa

umbigo e o coração em São Paulo", observou.

O relatório aponta uma diminuição da participação da região Norte, de 3% para 1%; do Nordeste, de 14% para 10%; e do Sul, de 24% para 15%. Ainda segundo o BNDES, a região Centro-Oeste se manteve no mesmo patamar de cerca de 9% dos recursos destinados para financiamentos.

– A destinação de mais recursos a regiões que já são mais desenvolvidas somente aumenta as desigualdades e reflete a falta de

visão do Brasil deste governo – afirmou.

Para José Eduardo Dutra, os dados do BNDES constituem um retrato do modelo econômico adotado pelo governo federal, que, "ao privilegiar a economia paulista, acirra a crise da Federação". O senador petista vê relação entre essa diretriz e as dificuldades financeiras dos estados.

– Falta uma política federativa. E a situação dos estados é difícil em grande parte também pela falta dessa visão – comentou.

Bancada do PSDB reúne-se com Pimenta



Objetivo de Lúcio Coelho é reforçar relações partidárias

O senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) promoveu na quinta-feira um encontro entre o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, e a bancada do PSDB, durante

café da manhã em sua residência. O objetivo foi reforçar as relações entre os integrantes do partido e examinar a situação nacional.

Na oportunidade, foram discutidas as dificuldades que o país enfrenta na área econômica e a necessidade de reforma política. Participaram os senadores Osmar Dias (PR), Lúcio Alcântara (CE), Sérgio Machado (CE), Teotônio Vilela Filho (AL), José Roberto Arruda (DF), Geraldo Melo (RN), Reginaldo Duarte (CE), Pedro Piva (SP) e Luzia Toledo (ES).

Ronaldo pede ampliação do seguro-desemprego

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) fez um apelo ao governo para que os critérios de concessão das parcelas extras do seguro-desemprego sejam urgentemente revistos. A medida provisória, editada em novembro de 1998, concede mais três parcelas de R\$ 100 a trabalhadores desempregados. Ela favorece apenas trabalhadores com mais de 30 anos, que estejam desempregados entre 12 e 18 meses ininterruptos nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Vitória e Fortaleza. O senador defende a extensão do benefício a outras regiões.

– Trata-se de uma decisão profundamente discriminatória, desprovida de amparo ético ou jurídico. E também extremamente excludente, pois beneficia apenas uma minoria – disse Ronaldo, citando estudos que informam que



Ronaldo Cunha Lima considera o critério atual "profundamente discriminatório"

somente 25% dos trabalhadores estão sem emprego há mais de 12 meses. "E os 75% restantes? Será que não estão passando necessidades, angustiados com as incertezas do futuro?", perguntou.

Ronaldo Cunha Lima sublinhou que sua proposta também é defendida pelos senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Jefferson Péres (PSDB-AM).

Suassuna quer dar nome de João Calmon ao edifício do MEC

Projeto de lei dando o nome do ex-senador João Calmon, falecido no dia 11, ao edifício do Ministério da Educação, em Brasília, foi apresentado quinta-feira pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele justificou sua iniciativa pela "notável luta de João Calmon em favor da educação no Brasil".

Ney Suassuna considerou apropriado apresentar o projeto no momento em que "o país pranteia um dos seus mais notáveis homens públicos". Lembrou que o homenageado teve uma rica biografia, na qual sobressaíram também iniciativas pioneiras no campo da comunicação, quando exerceu a presidência dos Diários Associados, de 1968 a 1980.

Conforme Suassuna, João Calmon inspirou o plano da "Década da Educação", lançando, quase simultaneamente, o Movimento Nacional pelo Ensino. "Assim, desde o início de sua carreira como senador, sua causa principal já era a educação e essa bandeira ficou imortalizada em inúmeras iniciativas inovadoras, em três décadas de atividade legislativa", afirmou.

O senador também disse que a



Ney Suassuna lembra a luta de João Calmon em favor da educação

atividade política de João Calmon consistiu não apenas na aprovação de importantes e decisivos projetos de lei e emendas constitucionais, mas sobretudo na eficaz fiscalização e acompanhamento das políticas públicas do setor para o qual dedicou seus melhores esforços.

– Nesse sentido, por não alimentarmos qualquer dúvida a respeito da oportunidade do presente projeto de lei, é que pleiteamos o seu acolhimento – concluiu Suassuna.

Nabor Júnior homenageia o "Dom Quixote lúcido"

A imagem mais forte e marcante encontrada pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC) para definir a vida pública de João Calmon foi a de "um contraditório Dom Quixote, obstinado, porém lúcido".

– João Calmon não enfrentava moínhos nem combatia anões embuçados em delírios. Ao contrário, a lança de sua empolgada convicção estava sempre voltada para inimigos reais, como a apatia, o desinteresse, a inconsciência nacional quanto à importância da educação – explicou.

Para Nabor, sem o empenho de João Calmon a educação brasileira estaria em situação muito pior, por falta dos aportes financeiros compulsórios estabelecidos na Constituição desde 1988.

É a garantia constitucional – "a grande obra institucional legada por João Calmon" – de recursos mínimos para a educação que tem assegurado "bases elementares para o trabalho escolar, para o pagamento dos mestres, para os pe-



Nabor afirma que, sem o empenho de Calmon, a educação estaria em situação pior

quenos investimentos recebidos pelo setor, nesses tempos de indigência orçamentária", disse.

Como parte integrante de sua homenagem, Nabor Júnior solicitou a transcrição integral, nos Anais do Senado, de artigo publicado no jornal *Correio Braziliense*, de autoria do ex-senador Mauro Benevides, intitulado *João Calmon, o Mago da Educação*.